

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E DE SEGURANÇA

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação)

INDICE

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO**
- 2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO**
- 3. DECISÃO DE CONTRATAR/ÓRGÃO DELIBERATIVO**
- 4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**
- 5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**
- 6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**
- 7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES**
- 9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DEMAIS DOCUMENTOS**
- 10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 11. CAUÇÃO**
- 12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 13. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**
- 14. LEILÃO ELETRÔNICO**
- 15. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS/CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO**
- 16. AUDIÊNCIA PRÉVIA**
- 17. DESPESAS E ENCARGOS**
- 18. PROTEÇÃO DADOS**
- 19. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
- 20. ANEXOS- CCP**

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1 O presente procedimento, “Procedimento por Concurso Público, Sem Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia – JOUE”, rege-se pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, designado doravante por CCP, e tem como objeto a aquisição de serviços de vigilância e segurança, por lotes, no Cineteatro Anadia, na Feira do Ambiente, Saúde e Bem-Estar, na Sardinhada de Santo António, na Feira da Vinha e do Vinho, no Mercado Medieval, no Festival Anadia Jovem, na Aldeia do Rodolfo (Natal em Anadia), na Loja do Cidadão de Anadia, Edifício dos Paços do Concelho, bem como a aquisição de uma bolsa de horas de serviços de vigilância e segurança para a realização de outros eventos, de acordo com as especificações constantes na Seção II – Cláusulas Técnicas, bem como nos anexos A,B,C,D,E,F,G e H do caderno de encargos:

Lote 1 – Cineteatro de Anadia e bolsa de horas para realização de outros eventos;

Lote 2 – Feira do Ambiente, saúde e bem-estar, sardinhada de Santo António, Mercado Medieval e Festival Anadia Jovem;

Lote 3 - Feira da Vinha e do Vinho;

Lote 4 – Loja do Cidadão de Anadia (incluindo Parque de estacionamento subterrâneo deste edifício);

Lote 5 – Aldeia do Rodolfo - Natal em Anadia;

Lote 6 – Edifício Paços do Município.

1.2. Os concorrentes podem concorrer a um, ou a mais do que um dos lotes, objeto do presente concurso, devendo, no entanto, apresentar proposta para a prestação de todos os serviços que integram cada um dos lotes a que concorrem.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO

2.1. A entidade pública contratante é o Município de Anadia, NIPC 501 294 163, com sede no Largo do Município, 3780-215 ANADIA, com o telefone geral 231510730 e correio eletrónico: geral@cm-anadia.pt

- 2.2. Os documentos que constituem o processo de concurso, programa de procedimento, caderno de encargos e anúncio, encontram-se disponíveis nos Serviços de Aprovisionamento, sito no Edifício dos Paços do Município, localizado no endereço indicado em 2.1., encontrando-se disponíveis para consulta no horário de expediente (08h30 às 12h30 e 14h00 às 17h00), desde a data do envio do anúncio para publicação no D.R (Diário da República) até ao dia da entrega das propostas.
- 2.3. O presente procedimento estará integralmente disponibilizado na plataforma “acingGov”, disponibilizada pela empresa “Acin iCloud Solutions Ld.^a” com o seguinte endereço eletrónico: [http:// www.acin.pt](http://www.acin.pt) – n.º 1, artigo 62º do CCP.

3. DECISÃO DE CONTRATAR/ÓRGÃO DELIBERATIVO

- 3.1. A decisão de contratar e de autorização da despesa é da competência da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência própria conferida ao abrigo do disposto na alínea f) e alínea g) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 18.º, n.º 1, alínea a) do D.L. 197/99, de 08 de junho, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 36º, Código dos Contratos Públicos, que também aprova os documentos que constituem o Processo de Concurso, programa de procedimento e caderno de encargos conforme se encontra disposto no artigo 40º, n.º 2 do referido Código dos Contratos Públicos, na já referida alínea f) do n.º1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013 de 19 de Setembro.
- 3.2. A escolha deste procedimento de formação de contrato de aquisição de serviços cumpre o disposto no artigo 18º e o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 474º do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado em anexo ao Decreto-lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A escolha deste procedimento por concurso público é fundamentada com base e ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 3 do artigo 474º, por força do disposto na alínea b) do artigo 20º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso e a lista de erros e omissões, das peças do procedimento detetados pelos concorrentes devem ser apresentados, na referida plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao órgão competente para a decisão de contratar, indicado no ponto 3.1, do presente programa de procedimento - nº 1 e nº 3 do artigo 50º do CCP.
- 5.2. Os esclarecimentos são da competência do Júri do procedimento conforme despachos da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal datado de 30 de janeiro de 2025 e serão dados também por meio eletrónico, na referida plataforma eletrónica, até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, conforme alínea a) do nº 5 do artigo 50º, todos do CCP.
- 5.3. Os esclarecimentos e as retificações devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica referida no ponto 2.3 e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto - nº 8, do artigo 50º do CCP.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 6.1. A proposta manifesta a vontade de o concorrente contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo e com base no disposto no artigo 57º do

Código dos Contratos Públicos (CCP) deverá ser instruída pelos seguintes documentos:

- 6.1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO I” ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme se encontra disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- 6.1.2. Documento (Proposta Documental) devendo conter expressamente o mencionado nas alíneas seguintes - alínea c) do nº 1 do art.º 57.º Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo em conta o descrito no caderno de encargos, enquanto aspeto da execução do contrato submetido à concorrência, conforme se encontra disposto na alínea c), do nº 1, do art.º 57.º Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando sempre o exigido no caderno de encargos e ainda:
 - 6.1.2.1. Preço unitário/hora, por lote;
 - 6.1.2.1. Preço unitário/hora dos ARE necessários por lote;
 - 6.1.2.3. Nos lotes 4 e 6 (Loja do Cidadão de Anadia e Edifício dos Paços do Concelho) deverá ser apresentado o valor mensal, bem como o valor da hora extraordinária, nos termos do nº 20 da cláusula 30 e do nº 5 da cláusula 31 do caderno de encargos;
 - 6.1.2.4. Valor total por lote;
 - 6.1.2.5. Os preços da proposta, são expressos em euros, por extenso e em algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
- 6.2. Alvará A do Ministério da Administração Interna (MAI).
- 6.4. Todos os preços constantes da proposta deverão ser apresentados até duas casas decimais.
- 6.5. Certidão Permanente atualizada/Declaração de início de atividade atualizada.

- 6.6. As propostas e os documentos que as constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa - n.º 1 do artigo 58.º do (CCP).
- 6.7. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 6.8. Os documentos referidos no ponto 6.1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para o(s) obrigar, de acordo com n.º 4 do artigo 57º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- 6.9. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento indicando o poder de representação e assinatura do assinante (procuração).

7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos da proposta deverão ser entregues na plataforma eletrónica anteriormente mencionada, “acingGov”, disponibilizada pela empresa “Acin iCloud Solutions Ld.ª” com o seguinte endereço eletrónico: [http:// www.acin.pt](http://www.acin.pt) - n.º 1 do artigo 62º e alínea l) do n.º 1 do artigo 132º do CCP, até às 18 horas do 6º (sexto) dia, contados a partir da data de envio do anúncio para publicação em Diário da Republica.

- 7.2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não são aceites propostas variantes nem propostas que envolvam alterações de cláusulas do caderno de encargos ou do programa de procedimento - alínea j) do n.º 1 do artigo 132º do CCP.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

A proposta, bem como todos os documentos solicitados no presente programa de procedimento serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, “acingGov”, disponibilizada pela empresa “Acin iCloud Solutions Ld.ª” com o seguinte endereço eletrónico: [http:// www.acin.pt](http://www.acin.pt) - nº 1 do artigo 62º do CCP.

10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta, por um prazo de 66 dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas - artigo 65º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

10.2. O prazo a que se refere o número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos de tempo se os concorrentes nada requererem em contrário - alínea m) do artigo 132º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

11. CAUÇÃO

Não será exigida a prestação de caução, com base no disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos (CCP),

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Ao adjudicatário, com base no descrito na alínea g) do artigo 132º do Código dos Contratos Públicos (CCP) será concedido o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, para, nos termos artigo 81º do referido Código (CCP), e do artigo 2º da portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro, fazer a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

12.1.1 Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO II” ao Código dos Contratos Públicos (CCP);

12.1.2 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do artigo 55º do CCP (certificados de registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração,

direção ou gerência, certidão comprovativa da situação regularizada com a Segurança Social e certidão comprovativa da situação regularizada com o Estado Português relativamente a Impostos-Finanças);

12.1.3 Comprovativo de Registo Central do Beneficiário Efetivo;

12.2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação descritos no ponto anterior e referidos no artigo 81º do CCP, através da plataforma electrónica referenciada no ponto 2.3 deste programa de procedimento e utilizada pelo Município de Anadia, com exclusão de qualquer outro - nº 1 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

12.3. Todos os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa - nº 1 do artigo 4º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

12.4. O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sitio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sitio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa - nº 2 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro, ou prestar consentimento, nos termos da lei, para consulta da informação relativa a qualquer destes documentos, estando dispensada assim a sua apresentação - nº 3 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

12.6. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados que determine a caducidade da adjudicação nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, será com base no disposto na alínea g) do artigo 132º e nos termos do nº 2 do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

12.6.1 Concedido um prazo de 5 (cinco) dias para, no âmbito da audiência prévia, o concorrente se pronunciar, por escrito, relativamente às irregularidades detetadas - nº 2 do artigo 86º;

12.6.2 Caso as irregularidades verificadas se devam a facto não imputável ao adjudicatário, será concedido um prazo de 3 (três) dias, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação - nº 3 do

artigo 86º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

13. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

13.1. No 1º dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas e com base no disposto no nº 1 do artigo 138º do CCP, o júri procederá à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

13.2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada, com base no disposto no nº 1 do artigo 138º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

14. LEILÃO ELETRÓNICO

As propostas apresentadas não serão objeto de Leilão Eletrónico.

15. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS/CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

15.1. O júri apreciará as propostas admitidas a concurso, podendo, para o efeito, solicitar, por escrito, esclarecimentos complementares que tiver por convenientes sobre aspectos das propostas, obrigando-se os concorrentes a fornecê-los no prazo previamente fixado – artigo 72º do CCP.

As propostas serão analisadas pelo júri, que elaborará um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das mesmas (podendo este ser apoiado por peritos), ordenando-as para efeitos de adjudicação, de acordo com os critérios fixados – nº 1 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

15.2. A adjudicação será efetuada lote a lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade “Monofator”, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 74 e do artº 46ºA do CCP.

- 15.3.** Como factor para o critério de desempate a utilizar na avaliação das propostas será utilizado o sorteio, sendo notificados os concorrentes que apresentem proposta de igual valor, para o lote, da data e hora a efectuar o sorteio.

16. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após a elaboração do relatório preliminar e antes de ser proferida decisão sobre a adjudicação, o júri procederá, por força do disposto no artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, ao seu envio a todos os concorrentes, para que no prazo de cinco (5) dias se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se neste caso, o disposto no artigo 125º do CCP – artigo 147º do CCP. Após cumprido o anteriormente disposto o júri elaborará um relatório final, fundamentado, no qual são ponderadas as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, elaborando o relatório final que submeterá ao órgão competente para a decisão de contratar – nº 1 do artigo 148º do CCP. Caso, do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 147º do CCP;

Caso se verifique a situação atrás referida e prevista no nº 1 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos – apresentação de uma única proposta, os serviços elaborarão um projeto da decisão de adjudicação, que submeterão ao órgão competente para a decisão de contratar, não havendo lugar à fase da audiência prévia escrita do concorrente, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos, (CCP).

17. DESPESAS E ENCARGOS

São da responsabilidade do adjudicatário as despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta, assim como todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja atribuída ao Município de Anadia.

18. PROTEÇÃO DADOS

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados “Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)”, sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do contrato associado ao presente procedimento

19. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Nos termos do artigo 51.º do CCP, em tudo o que não estiver expresso neste programa de procedimento e em caso de contradição do mesmo com as normas do Código dos Contratos Públicos (CCP), prevalecerá sempre o disposto no Código da Contratação Pública (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação e pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro e da Lei nº 96/2015 de 17 de Agosto.

20. ANEXOS-CCP

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º